

prios autores reconhecem que a área que lhes foi cometida acarreta algumas limitações, e, quanto a nós, aqui reside uma das principais restrições a uma discussão que se pretende sobre a revitalização do centro. De facto, sendo a Baixa uma parte do centro, é necessário perceber o seu papel na estrutura central e na sua transformação, pelo que não se devem limitar as análises a um certo número de quarteirões ou freguesias do núcleo pombalino. Por outro lado, estranhámos o esquecimento a que foram votados os utilizadores mais numerosos do território em análise num estudo vindo da sociologia. A caracterização apresentada sobre a Baixa foca os agentes económicos, mas limita os utentes aos residentes, quando, em termos sociais, a importância actual da Baixa é mínima do ponto de vista residencial, mas forte como local de trabalho, de compras, de passeio. Os actores que usam a Baixa nestas várias funcionalidades não foram considerados.

Este trabalho traz um contributo muito importante para o esclarecimento das estratégias dos actores, mas não esgota a problemática sobre os caminhos para a revitalização da Baixa e só ligeiramente contém fundamento para medidas de intervenção. Como, aliás, se diz na conclusão, é necessário aprofundar os conhecimentos sobre o parque imobiliário e a viabilidade de algumas funções, mobilizar sinergias e alargar o debate (p. 90). Mas o plano estratégico para o centro de Lisboa (onde cabe a Baixa pombalina) con-

tinua por fazer. E é urgente equacionar o futuro deste território em termos de oportunidades e debilidades.

TERESA BARATA SALGUEIRO

*Luísa Schmidt, Portugal Ambiental. Casos & Causas*, Oeiras, Celta Editora, 1999, 315 páginas.

Como resgatar cinco anos de pesquisa na área ambiental da condenação ao esquecimento prematuro a que a força do próprio meio subjuga a escrita jornalística?

Esta terá sido a pergunta que pela segunda vez Luísa Schmidt, uma socióloga com a dupla experiência da investigação académica e do palpitante mundo dos jornais, se terá colocado a si própria quando iniciou o trabalho que a conduziria à elaboração da obra *Portugal Ambiental. Casos & Causas*.

A segunda vez, porque um desafio semelhante já se teria colocado à autora em 1993, ano em que viu a luz uma outra obra sua, baseada na mesma aposta de recuperação e reciclagem de material jornalístico: *O Verde Preto no Branco*, Lisboa, Gradiva, 1993, 174 páginas.

Em ambos os casos, considero que a resposta à pergunta foi a mais adequada, conseguindo produzir

uma *obra nova*, que consegue criar uma atmosfera de respiração e leitura próprias, onde a ligação à matéria-prima dos artigos publicados no semanário *Expresso* jamais se traduz numa excessiva e umbilical dependência que diminuísse, eventualmente, a coerência do livro.

Em primeiro lugar, o livro revela uma boa opção organizativa ao distribuir o material temático por seis capítulos, que permitem ao leitor um acesso selectivo à obra, de acordo com as suas necessidades e preferências informativas. Claro que não há divisão inocente. Dividir é classificar, e classificar é interpretar a realidade classificada. Vale, por isso, a pena enunciar os seis capítulos da obra, pois eles indicam, desde logo, quais são as grandes prioridades e os mais graves problemas ambientais que afectam o país na perspectiva da autora: 1. «Sobre as políticas, as leis e a prática»; 2. «Sobre o (des)ordenamento do território, o caos e o poder»; 3. «Sobre as águas mal saneadas e bem poluídas»; 4. «Sobre os lixos, lixeiras e lixados»; 5. «Sobre Lisboa, o trânsito e o betão»; 6. «Sobre a natureza, pouco protegida e muito preterida».

Trata-se, com efeito, de uma verdadeira análise do estado do ambiente no nosso país, entendido como a interacção dinâmica de temas e actores. Jamais somos confrontados com assuntos vazios ou despidos das decisões e das pessoas concretas que lhes dão substância. Não se pode falar em recursos hídricos sem mencionar a fragmentação de competências da administração pública, não se pode referir o problema dos resíduos

sólidos urbanos sem enfrentar o problema da debilidade técnica dos municípios, ou reconhecer a visão paroquial de muitos autarcas, assim como a vaga de paixão pelo consumo a que o país está sendo submetido, o que vem reduzir dramaticamente a esperança de vida dos novos aterros sanitários. Sobretudo não se pode analisar a questão do desordenamento territorial e do caos urbanístico em Portugal sem colocar o dedo na ferida da opacidade, nepotismo e compadrio burocrático que campeiam pelas diversas estruturas dos poderes públicos, permitindo que o rosto do país, em vez de reflectir a ideia reguladora do interesse comum, vá sendo maquilhado ao gosto de pequenos, mas poderosos, grupos de pressão, nomeadamente no sector imobiliário.

Luísa Schmidt não esconde, por outro lado, que a complexidade das questões ambientais não se compadece com ingenuidades epistemológicas. Cada visão reflecte a qualidade e agudeza de quem olha, mais do que uma pretendida verdade absoluta da coisa olhada. Por essa razão, uma das críticas mais fundamentais que percorrem o livro é a denúncia da representação idílica de um ambiente nacional em estado puro e bucólico. Essa concepção não se limita a ser o fruto de uma mitologia recente ou de uma ignorância involuntária. Trata-se sobretudo de uma cegueira consentida e desejada, com resultados tão convenientes para alguns interesses particulares como graves para um desenvolvimento nacional

pensado à luz de critérios mínimos de sustentabilidade.

Nessa medida, a própria redacção do livro, a sua combinação do método científico com as técnicas da pesquisa e da entrevista jornalísticas, só foram possíveis através do imenso esforço de luta pelo difícil acesso à informação. O livro constituiu não só uma identificação, mas também uma vitória sobre «um conjunto de obstáculos permanentes à eficácia administrativa e legislativa» (p. 4). Com efeito, a desordem ruidosa da informação sobre o estado do ambiente é um dos males crónicos que se colocam no caminho que temos ainda de percorrer longamente até podermos produzir em Portugal uma política pública de ambiente, adequada às tarefas e urgências do presente.

Como é sabido, um dos maiores problemas que afectam tanto a vida dos indivíduos como a dos povos é a do difícil equilíbrio entre a memória e o esquecimento, entre a preservação da informação relevante e a indispensável destruição daquilo que acaba por se tornar um peso inútil e um obstáculo à criatividade exigida pelos novos desafios. De certa forma, e por analogia, podemos afirmar que neste livro Luísa Schmidt teve o cuidado de trabalhar a informação, submetendo-a a um crivo exigente. Aquilo que sobrou é, sem dúvida, relevante para quem queira conhecer e estudar as facetas dominantes da política ambiental portuguesa do último lustro.

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES